

POLÍTICA

CMFor eleger presidente e relator da CPI da Coelce

Veredores afirmam que a Comissão tem por objetivo investigar o compromisso da Coelce com a prestação de serviço oferecido à população

A Câmara Municipal de Fortaleza instalou, ontem, a CPI da Coelce. Após o primeiro encontro, o vereador Deodato Ramalho (PT) foi eleito o presidente do colegiado e o vereador Joaquim Rocha (PV), o relator da Comissão. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pretende investigar possíveis irregularidades da Companhia Energética do Ceará.

Deodato Ramalho agradeceu aos demais vereadores pela confiança de o eleger presidente da CPI da Coelce, e destacou a importância desse trabalho para a Cidade e Câmara Municipal de Fortaleza. O petista declarou que a CPI vai trabalhar estritamente no que a compete, principalmente, em relação à ampliação da Rede e atendimento de defesa do consumidor.

“Gostaria de pedir a presidência uma assessoria técnica, jurídica, que tenha um entendimento em eletricidade, e que conheça as nuances do contrato de concessão, para de fato fazer a CPI funcionar. E como o vereador Vaidon Oliveira (PSDC) comentou, foi a Coelce que contribuiu para que a CPI fosse instalada”, frisou Deodato.

O vereador João Alfredo (PSOL), um dos membros da CPI, sugeriu que fosse aberto um canal entre o Legislativo e a população, para receber os questionamentos sobre a Coelce. “Eu fiz a proposição e foi aprovada a sugestão de abrir a CPI para que a população possa participar, e possa, principalmente, procurar a Câmara e



Primeira reunião da CPI definiu Deodato Ramalho como presidente e Joaquim Rocha como relator da comissão

trazer denúncias referentes ao funcionamento da Coelce. Também foi requisitado que a Comissão tenha um assessoramento técnico, em função dos questionamentos que vão ser levantados, é preciso que estejamos bem assessorados na área contábil e jurídico”, informou.

O parlamentar aproveitou para fazer um balanço sobre a composição da CPI. “Acredito que a presidência está bem entregue ao vereador Deodato, que é advogado e conhece bem a tramitação dessas questões e, logicamente, o vereador Joaquim Rocha, que provocou a CPI, teria de estar efetivamente na relatoria”, analisou João Alfredo. A Comissão Parlamentar marcou para a próxima terça-feira, 1º, às 8 horas, na Sala das Comissões, uma nova reunião.

Sem competência

Um dos componentes da Comissão, o vereador Carlos Mesquita, afirmou que a Casa não seria o órgão mais

competente para instalar uma CPI para investigar a Coelce, e apontou que a Assembleia Legislativa seria a instituição que melhor poderia investigar as denúncias apontadas. “Eu acho que o órgão mais competente para a CPI, seria a Assembleia Legislativa, porque a Câmara, o seu limite é bem pequeno. Inclusive, a iluminação pública que muitos confundem, achando que é da Coelce, não é. É a Prefeitura de Fortaleza por meio do seu órgão de iluminação”, disse.

O parlamentar afirmou ainda que, sobre o aumento das taxas de energia, alvo da investigação da CPI, por exemplo, a Agência Reguladora do Estado e a que fica em Brasília são responsáveis pela autorização. “A Coelce não pode dar aumento a gosto, ao bem prazer, ela tem que se submeter a essas agências. E tem mais, as pessoas que têm baixa renda e tiveram aumento de energia, quase 150%, elas perde-

ram a qualidade de ser baixa renda”, afirmou o vereador, ponderando que há muitas coisas que se a CMFor não conhecer, poderá se passar por ridícula.

“O presidente tem que contratar uma assessoria técnica, para que possa auxiliar os vereadores a fazerem um bom trabalho e não darem brecha a Coelce entrar com um recurso de inconstitucionalidade”, pontuou.

Componentes

A CPI da Coelce é composta pelos seguintes vereadores: Luciram Girão (PMDB); João Alfredo (Psol); Eulógio Neto (PSC); Lucimar Martins (PTC); Deodato Ramalho (PT); Márcio Cruz (PROS) e Joaquim Rocha (PV), como membros titulares. Os membros suplentes são: vereador Vaidon Oliveira (PSDC); vereadora Leda Moreira (PSL) e o vereador Carlos Mesquita (sem partido).

Dnocs. A deputada Fernanda Pessoa (PR) aderiu ao movimento “Libera Dnocs”, que pede a doação de uma parte do terreno do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca para a construção do campus da Universidade Federal do Cariri. “Esse campus vai ser de grande valia para os moradores de Icó”, defendeu.



FERNANDO MAIA DIÁRIO POLÍTICO

A delação emplacou

A delação premiada é poderosa arma de que dispõem a Polícia Federal e Ministério Público Federal em sua tarefa de dismantlar bandalheiras reveladas pela Operação Lava Jato. Ela mostra a sua eficiência e importância, reafirmando a sua necessidade em casos de crimes como os que estão sendo investigados. É ponto de vista do jurista Djalmá Pinto, professor de Direito, uma das grandes culturas jurídicas do Estado e do País, e autor do livro “Ética na Política”, traduzido para o espanhol. Ele rebate os adversários desse tipo de recurso, afirmando que a delação premiada é utilizada nos Estados Unidos, onde está consagrada, há anos, e que no Brasil, enquanto a Justiça, o MP e a Polícia, encontram algumas facilidades para investigar, prender e punir criminosos de origem mais modesta, o mesmo não ocorre em relação aos corruptos e corruptores que ocupam cargos públicos ou privados importantes, e que se acham, por isso, inalcançáveis. Com isso, criou-se, no Brasil a cultura de que “cadeia não é para ricos e importantes”. A delação, diz Djalmá, se bem usada, é eficiente força inibidora, capaz de fazer improbos recuar de seus propósitos criminosos. Além disso, determinadas investigações e denúncias enfrentam obstáculos, notadamente quando se trata, como agora, de réus de condições financeiras para contratar advogados milionários. É onde entra a delação, da qual vai depender o triunfo da Justiça sobre os réus da Lava Jato. É o que o país inteiro espera.



DIVULGAÇÃO_ALCE



Dificuldades Embora defenda boa acolhida para a presidente Dilma no Ceará, o deputado Audic Mota (PMDB) é de opinião que deve chegar ao conhecimento dela a situação dos construtores do Estado que, sem receber dinheiro há quatro meses, ou param as obras, ou demitem.

Convite

Ante essa situação, o deputado Audic vai convidar representantes das Associações de Construtores e do Sinduscon, para que exponham, na AL, os problemas do setor.

CPI - Coelce

O vereador Deodato Ramalho (PT) vai presidir a CPI sobre trapalhadas da Coelce, que promete muita polêmica. O vereador Joaquim Rocha (PV) será o relator.

Sem decidir

Para o deputado Roberto Mesquita (PV), o Ceará tem aberto os braços para a presidente Dilma, mas ela “deve deixar de ser presidente-zumbi, que não decide nada”.

Violência

Ontem, na AL, o deputado Ferreira Aragão (PDT), presidiu audiência sobre a violência contra profissionais do rádio. Dois deles foram assassinados em menos de um mês.

“Panos mornos”

Segundo o professor de Direito, Hugo de Brito Machado, a menoridade

“entresspas”

“Quanto mais popularidade o Governo tiver, mais paciência e diálogo deve ter. Popularidade vai e vem. Popularidade é uma coisa; voto é outra coisa”. Eduardo Campos (1965-2014), governador de Pernambuco, e candidato à Presidência da República.

Mais informações de Fernando Maia: e-mail: fernandomaia@oestadoce.com.br

blogdofernandomaia.zip.net

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2015. ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS. OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS...

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/2015. ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME. OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA...

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 199/2015. ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SELER. OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS...

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 200/2015. ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - SETRA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA...

AVISO DE NOVA CONVOCAÇÃO PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2015. ORIGEM: SECRETARIA REGIONAL II - SER II. OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO...

AVISO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 202/2015. ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG. OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS...